

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CONTAS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

PROCESSO TCE-PE Nº 24100475-5

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

GESTORA: MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CEDRO – PE.

EMENTA: ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2023. RECEBIMENTO DO PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TCE-PE) RECOMENDANDO A APROVAÇÃO COM RESSALVAS. CONSTATAÇÃO DE EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL E NÍVEL BÁSICO DE TRANSPARÊNCIA. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE. RECOLHIMENTO INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACOLHIMENTO DO PARECER TÉCNICO DO TCE-PE. OPINATIVO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS, COM RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO.

I. RELATÓRIO

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Cedro-PE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial as conferidas pelo art. 32, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa e pelo art. 20, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, procedeu à análise da Prestação de Contas de Governo da Prefeita Marly Quental da Cruz Leite, referente ao exercício financeiro de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE

CEDRO

CNPJ: 11.412.103/0001-85

Para subsidiar esta análise, esta Comissão recebeu e examinou o **Parecer Prévio emitido pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)**, referente ao Processo TCE-PE N° 24100475-5, que, após análise técnica e de ampla defesa à gestora, deliberou por:

9ª SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA PRIMEIRA CÂMARA REALIZADA EM 25/03/2025 PROCESSO TCE-PE N° 24100475-5 RELATOR: CONSELHEIRO EDUARDO LYRA PORTO MODALIDADE - TIPO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - GOVERNO EXERCÍCIO: 2023 UNIDADE(S) JURISDICIONADA(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO INTERESSADOS: MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES (OAB 30630-PE) ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO RODRIGO NOVAES PARECER PRÉVIO CONTAS DE GOVERNO. DESPESA COM PESSOAL. EXTRAPOLAÇÃO. REGIME ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO. DEMAIS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. CUMPRIMENTO. RGPS E RPPS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RECOLHIMENTO INTEGRAL. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. NÍVEL BÁSICO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. **APROVAÇÃO COM RESSALVAS.** 1. O NÍVEL BÁSICO DE TRANSPARÊNCIA OBTIDO PELO MUNICÍPIO DEMONSTRA DESINTERESSE DA GESTÃO EM COLABORAR COM A SOCIEDADE, DE FORMA EFETIVA, PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL, INVIABILIZANDO O ACESSO ADEQUADO DOS CIDADÃOS A INFORMAÇÕES ÚTEIS E EM TEMPO HÁBIL, RESTANDO CONSTATADA A INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ATINENTES À MATÉRIA (ART. 5º, INCISOS XIV E XXXIII, DECIDIU, À UNANIMIDADE, A PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/03 /2025, MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE: CONSIDERANDO QUE O PRESENTE PROCESSO TRATA DE AUDITORIA REALIZADA NAS CONTAS DE GOVERNO; CONSIDERANDO O RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO PELA GERÊNCIA DE CONTAS DE GOVERNOS MUNICIPAIS-GEGM; CONSIDERANDO OS TERMOS DA DEFESA APRESENTADA PELA INTERESSADA; CONSIDERANDO QUE A DESPESA TOTAL COM PESSOAL ALCANÇOU 71,61% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, RESTANDO DESCUMPRIDO O LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO PELO ART. 20, INCISO III DA



CÂMARA MUNICIPAL DE

CEDRO

CNPJ: 11.412.103/0001-85

LRF; CONSIDERANDO QUE, APESAR DE ESTAR INSERIDO NO REGIME ESPECIAL DE REENQUADRAMENTO PREVISTO PELO ART. 15 DA LC Nº 178/2021, AO INVÉS DE REDUZIR OU MANTER OS GASTOS COM PESSOAL, HOVE UM AUMENTO DO COMPROMETIMENTO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA; CONSIDERANDO O CUMPRIMENTO DOS DEMAIS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS; CONSIDERANDO O RECOLHIMENTO INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO RPPS E AO RGPS, TANTO A PARTE PATRONAL QUANTO A DESCONTADA DOS SERVIDORES; CONSIDERANDO QUE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO AO RPPS RESPEITARAM OS LIMITES CONSTITUCIONAL E LEGALMENTE ESTABELECIDOS; CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO OBTVE NÍVEL BÁSICO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO, CONFORME LEVANTAMENTO NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA LNTP; CONSIDERANDO OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE, DA RAZOABILIDADE E DA ISONOMIA, INCLUSIVE AS DISPOSIÇÕES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO - LINDB; CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTS. 70 E 71, I, COMBINADOS COM O ART. 75, BEM COMO COM O ART. 31, §§ 1º E 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O ART. 86, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DE PERNAMBUCO; **EMITIR PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO À CÂMARA MUNICIPAL DE CEDRO A APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS DO(A) SR(A). MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023** RECOMENDAR, COM BASE NO DISPOSTO NO ART. 69, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI ESTADUAL Nº 12.600/2004, BEM COMO NO ART. 8º COMBINADO COM O ART. 14 DA RES. TC Nº 236/2024, AOS ATUAIS GESTORES DO(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, OU QUEM VIER A SUCEDÊ-LOS, QUE ATENDAM A(S) MEDIDA(S) A SEGUIR RELACIONADA(S): ELABORAR A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO COM BASE EM ESTUDO TÉCNICO-FINANCEIRO DOS INGRESSOS E DISPÊNDIOS MUNICIPAIS, DE MODO A EVIDENCIAR O REAL FLUXO ESPERADO DAS ENTRADAS E SAÍDAS DE RECURSOS E GARANTIR A EFICÁCIA DESSES INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE; APRIMORAR O CONTROLE CONTÁBIL POR FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS, A FIM DE QUE SEJA CONSIDERADA A SUFICIÊNCIA DE SALDOS EM CADA CONTA PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS, EVITANDO, ASSIM, CONTRAIR OBRIGAÇÕES SEM LASTRO FINANCEIRO, DE MODO A PRESERVAR O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E FISCAL DO MUNICÍPIO; ENVIAR À CÂMARA MUNICIPAL PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE

CEDRO

CNPJ: 11.412.103/0001-85

ESTABELECENDO UM LIMITE RAZOÁVEL PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS DIRETAMENTE PELO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DE DECRETO, DE FORMA A NÃO DESCARACTERIZAR A LOA COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E, NA PRÁTICA, EXCLUIR O PODER LEGISLATIVO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 4. 5. 1. 2. IMPLEMENTAR PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, A FIM DE BUSCAR O EQUILÍBRIO DO REGIME; ATENTAR PARA A CONSISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOBRE A DESPESA MUNICIPAL PRESTADAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE. DAR CIÊNCIA, COM BASE NO DISPOSTO NO ART. 69 COMBINADO COM O ART. 70, V, AMBOS DA LEI ESTADUAL Nº 12.600/2004, BEM COMO NO ART. 10 COMBINADO COM O ART. 14 DA RESOLUÇÃO TC Nº 236/2024, AO ATUAL GESTOR DO(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO, OU QUEM VIER A SUCEDÊ-LO, COM O OBJETIVO DE EVITAR SITUAÇÕES FUTURAS ANÁLOGAS, SOB PENA DE CONFIGURAR REINCIDÊNCIA, QUE: DEVEM SER IMPLANTADAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ATENDER A TODAS AS EXIGÊNCIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E O CONJUNTO DE INFORMAÇÕES EXIGIDO NA LRF, NA LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 (LAI) E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO TOCANTE AO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO. DEVEM SER ADOTADAS MEDIDAS URGENTES QUANTO À REDUÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM VIRTUDE DOS ELEVADOS PERCENTUAIS REGISTRADOS NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS, COM VISTAS À RECONDUÇÃO DOS GASTOS AO NÍVEL ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000. PRESENTES DURANTE O JULGAMENTO DO PROCESSO: CONSELHEIRO RODRIGO NOVAES, PRESIDENTE DA SESSÃO: ACOMPANHA CONSELHEIRO EDUARDO LYRA PORTO, RELATOR DO PROCESSO CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCOS NÓBREGA SUBSTITUINDO CONSELHEIRO CARLOS NEVES: ACOMPANHA PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: GUIDO ROSTAND CORDEIRO MONTEIRO.

O parecer do TCE-PE fundamentou sua decisão nos seguintes pontos principais:

1. CUMPRIMENTO DE LIMITES LEGAIS:



CÂMARA MUNICIPAL DE

CEDRO

CNPJ: 11.412.103/0001-85

- a) **Educação:** o município aplicou **27,87%** da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino, cumprindo o mínimo constitucional de 25%.
- b) **Saúde:** Foram aplicados **34,41%** da receita em ações e serviços públicos de saúde, superando o limite mínimo de 15%.
- c) **FUNDEB:** a aplicação de **84,49%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica excedeu o mínimo exigido de 70%.
- d) **Dívida Consolidada:** a Dívida Consolidada Líquida correspondeu a **17,76%** da Receita Corrente Líquida, mantendo-se abaixo do limite máximo de 120%.
- e) **Previdência:** houve o recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

2. FUNDAMENTO PARA AS RESSALVAS:

- a) **Despesa com Pessoal:** este foi o ponto mais crítico. A Despesa Total com Pessoal atingiu **71,61%** da Receita Corrente Líquida no final do exercício, extrapolando significativamente o limite máximo de 54% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Além disso, a gestão não cumpriu a meta de redução de 10% do excedente, conforme previsto pelo regime especial da Lei Complementar nº 178/2021.
- b) **Transparência Pública:** o município obteve o nível "**Básico**" de transparência, segundo o Levantamento Nacional de Transparência Pública (LNTP), indicando que não disponibilizou integralmente à sociedade o conjunto de informações exigidas pela legislação.
- c) **Outras Falhas:** o TCE-PE também apontou deficiências de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, como déficits na execução orçamentária e financeira, e falhas nos instrumentos de planejamento, as quais foram, no entanto, consideradas de menor gravidade e alocadas no campo das recomendações.

II. VOTO DO RELATOR

Diante da análise dos autos e, em especial, do detalhado Parecer Prévio emitido pelo TCE-PE, órgão técnico especializado e constitucionalmente designado para auxiliar o Poder Legislativo no controle externo, este relator manifesta seu voto.

As irregularidades apontadas são graves, notadamente o elevado índice de despesa com pessoal, que alcançou o alarmante patamar de 71,61% da RCL, e o descumprimento do plano de readequação fiscal. Tal situação compromete a saúde financeira do município e sua capacidade de investimento em áreas essenciais. A falha na transparência pública também é um ponto que merece severa atenção, pois dificulta o controle social por parte dos cidadãos.

Contudo, é imperativo ponderar que a gestão cumpriu importantes limites constitucionais nas áreas de Educação e Saúde, bem como manteve em dia as obrigações previdenciárias, um fator essencial para a sustentabilidade futura do município e para a garantia dos direitos dos servidores.

O próprio TCE-PE, ao aplicar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerou que, apesar da gravidade da extrapolação com pessoal, o conjunto da gestão financeira, com o cumprimento dos demais limites, justificava uma recomendação pela "aprovação com ressalvas" em vez da rejeição.

Ademais, recorda-se que, nos termos do § 2º do art. 21 da Lei Orgânica Municipal, o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer por decisão de **dois terços dos membros desta Câmara Municipal**. A rejeição de um parecer técnico tão fundamentado exigiria a apresentação de contraprovas robustas que invalidassem as conclusões da Corte de Contas, o que não se verifica no presente caso.

Portanto, embora reconhecendo as falhas e a necessidade urgente de correção de rumos por parte do Poder Executivo, este relator vota pela **MANUTENÇÃO DO PARECER PRÉVIO** emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e, por conseguinte, opina pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, DAS CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITA MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023.**

III. DAS CONCLUSÕES

A Comissão de Finanças e Orçamento, por maioria, em face do exposto, e acompanhando o Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, **OPINA** pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, DAS CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITA MARLY QUENTAL DA CRUZ LEITE, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, MANTENDO INCÓLUME O PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

Esta Comissão, contudo, reforça a necessidade de o Poder Executivo adotar, com máxima urgência, todas as **RECOMENDAÇÕES** e **CIÊNCIAS** expedidas pelo TCE – PE, em especial:

1. Adotar medidas eficazes e imediatas para a **redução da Despesa Total com Pessoal**, com vistas a reconduzir os gastos ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. Implementar as ações necessárias para atender a todas as exigências legais de **transparência pública**, aprimorando os portais e canais de informação ao cidadão.



CÂMARA MUNICIPAL DE

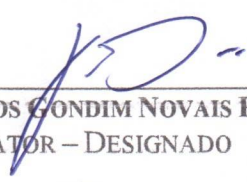
CEDRO

CNPJ: 11.412.103/0001-85

3. Aprimorar os instrumentos de **planejamento e controle orçamentário e financeiro** para evitar a ocorrência de déficits e inconsistências contábeis.

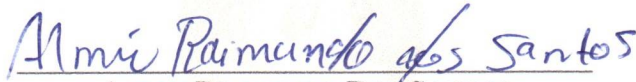
RECOMENDA-SE AO PLENÁRIO DESTA CASA LEGISLATIVA A APROVAÇÃO DO PRESENTE PARECER.

SALA DAS COMISSÕES, 08 DE OUTUBRO DE 2025.



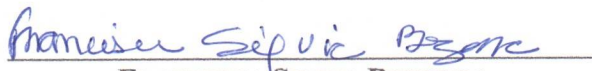
JOSÉ CARLOS CONDIM NOVAIS FILHO
RELATOR – DESIGNADO

PELAS CONCLUSÕES DO RELATOR E DA COMISSÃO:



ALMIR RAIMUNDO DOS SANTOS
MEMBRO

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 36, §1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Cedro, “O PRESIDENTE SÓ TERÁ DIREITO A VOTO EM CASO DE EMPATE”, razão pela qual a Presidente desta Comissão **NÃO PARTICIPA DA VOTAÇÃO ORDINÁRIA**, limitando-se a conduzir os trabalhos e proclamar o resultado alcançado pela maioria de seus membros, ficando, portanto, consignado que sua ausência de voto decorre de disposição regimental.



FRANCISCA SÍLVIA BEZERRA
PRESIDENTE